



Senado inicia votações com nova configuração política

PT na oposição, PSDB e DEM no apoio ao governo: amanhã haverá a primeira sessão deliberativa desde o afastamento de Dilma

As primeiras votações no Plenário do Senado desde que Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República estão agendadas para amanhã. A pauta começa com medida provisória que muda regras de refinanciamento para produtores rurais e caminhoneiros. Também podem ser votadas duas propostas de emenda à Constituição: uma permite a estados e municípios aplicar em outros setores recursos atualmente vinculados a áreas como saúde e educação; a outra autoriza que dinheiro depositado na Justiça seja usado para pagar dívidas públicas. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado - 25/4/2016

O Plenário do Senado passa a se reunir amanhã para votações em condições opostas na relação com o governo para partidos como PT, PSDB e DEM

Audiência pública aborda recuperação da economia **4**

Sessão amanhã marca 100 anos de hospital oncológico de Jaú **2**

Comissão discute hoje formas de avaliar qualidade legislativa **4**

Congresso analisará primeiras medidas provisórias de Temer

O presidente interino Michel Temer editou na quinta-feira as duas primeiras medidas provisórias (MPs) do novo governo. Uma delas cria o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) para agilizar as concessões públicas federais. O objetivo é reaquecer a economia e gerar empregos por meio do desenvolvimento tecnológico e industrial e da expansão da infraestrutura. A outra MP trata da reestruturação da Presidência e dos ministérios.

As medidas provisórias têm força de lei desde a publicação e vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas uma vez por igual período. Mas precisam ser confirmadas pelo Congresso para continuar valendo após esse prazo. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Governo interino quer melhorar infraestrutura do país, agilizando concessões como as de aeroportos



Beto Barreto/Agência Senado

Cidadãos podem usar a internet para sugerir projetos de lei ao Senado por meio do e-Cidadania



Pela internet, cidadão sugere projetos de lei aos senadores

De 2012 a 2015, o número de sugestões de projetos de lei enviadas pelos cidadãos ao Senado quadruplicou, passando de 400 para 1.560. Das ideias apresentadas, via internet, 11 ganharam apoio suficiente de internautas e foram para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa — 3 foram rejeitadas e 8 ainda podem virar projetos de lei. **2**

Escolha de ministros do STF poderá ter participação popular

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um projeto de resolução que muda as regras do processo em que o Senado aprova ou rejeita os indicados para os postos de ministro do Supremo Tribunal Federal e de procurador-geral da República. Se o projeto for aprovado, além da sabatina com os senadores, o indicado terá de se apresentar numa audiência pública com a participação de entidades da sociedade. A mudança também afetaria o processo que envolve os indicados para o Banco Central e as agências reguladoras. **4**

Sugestões de lei feitas pela sociedade quadruplicam

Envio de propostas ao Senado por meio do e-Cidadania aumentou entre 2012 e 2015. Das 11 sugestões que ganharam apoio suficiente na internet e foram analisadas por comissão, 8 podem virar projetos de lei



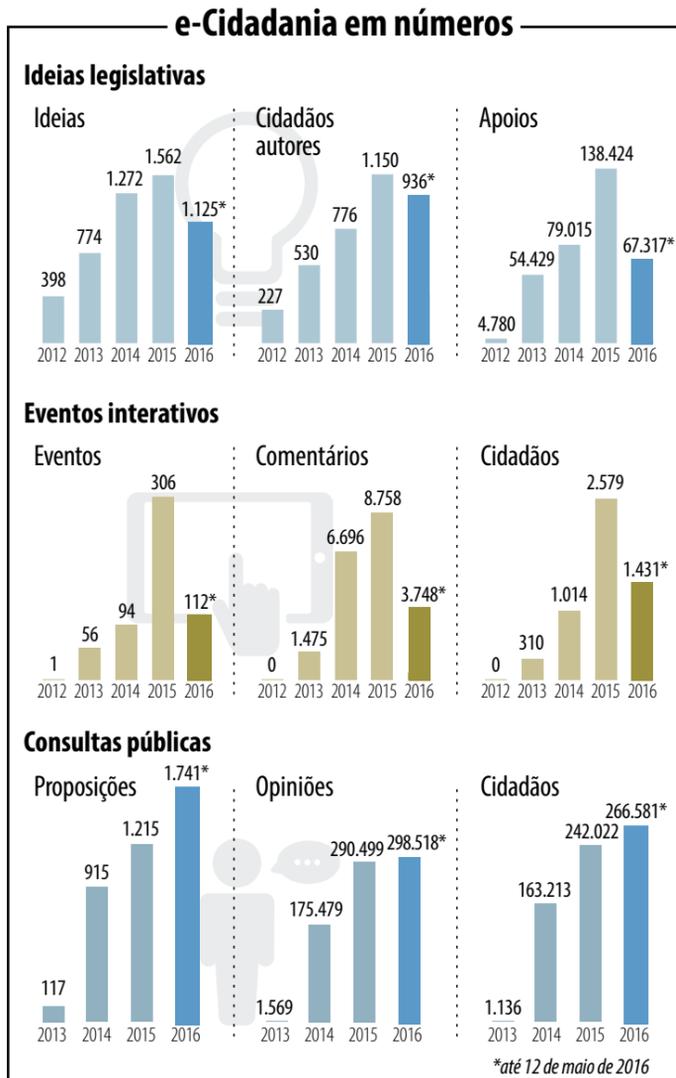
EM TRÊS ANOS, a participação da sociedade no Senado por meio de sugestões de projetos e emendas constitucionais quadruplicou. Foram 1.560 no ano passado, ante 400 em 2012. De janeiro até agora, há o registro de 1.120 novas ideias.

Segundo o chefe do Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, Alisson Queiroz, o aumento vem da divulgação mais ampla nas redes sociais.

— Dos nossos usuários, 80% acessam a página através do celular — explica.

Desde que o programa nasceu, em 2012, 11 propostas da sociedade conquistaram número suficiente de apoios e foram enviadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Das 11, 3 foram rejeitadas e 8 estão tramitando na comissão e podem virar projetos de lei. Entre elas, está a sugestão que regula o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha e a que trata da interrupção voluntária da gravidez pelo SUS.

Na página do e-Cidadania, qualquer pessoa pode dizer se é favorável ou contrária às propostas em estudo no Senado. A ferramenta ajuda a nortear o trabalho dos senadores.



A proposta que mais recebeu manifestações foi a PEC 106/2015, de Jorge Viana (PT-AC), que reduz o número de deputados e senadores. Das 156 mil pessoas que se mani-

festaram, 99% foram favoráveis. — Em breve, o internauta poderá comentar os projetos — adianta Queiroz. O e-Cidadania é gerenciado pela Secretaria de Comissões.

Como a ideia legislativa pode virar projeto de lei

<p>1</p> <p>O cidadão apresenta a ideia no site</p>	<p>2</p> <p>A ideia passa por uma moderação e é publicada no site</p>	<p>3</p> <p>Ao conseguir mais de 20 mil apoios, é encaminhada para a CDH</p>	<p>4</p> <p>Na CDH, a ideia é protocolada como uma sugestão legislativa (SUG)</p>	<p>5</p> <p>O presidente da CDH designa relator, que deve apresentar relatório aceitando ou não a ideia</p>	<p>6</p> <p>Caso seja aceita, senador pode acatar a sugestão como projeto de lei ou propor uma emenda à Constituição</p>
--	--	---	--	--	---

Produtos oferecidos no portal

<p>Ideia legislativa</p> <p>Apresentada pelo cidadão por meio do portal. Caso receba o apoio de 20 mil internautas em quatro meses, é encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.</p>	<p>Evento interativo</p> <p>Permite o envio de comentários e perguntas a senadores e convidados nas audiências públicas, sabatinas e outras reuniões.</p>	<p>Consulta pública</p> <p>Permite a manifestação favorável ou contrária sobre proposições em tramitação no Senado.</p>	<p>Formas de participar</p> <p>www.senado.leg.br/ecidadania 0800 612211</p>
---	--	--	--

Senado celebra 100 anos de hospital de câncer de Jaú

O Senado promove amanhã, às 12h, sessão para comemorar os 100 anos do Hospital Amaral Carvalho, de Jaú (SP). A homenagem foi requerida por Marta Suplicy (PMDB-SP). Segundo a senadora, a fundação hospitalar é um dos maiores e mais modernos centros de oncologia e de transplante

de medula óssea do Brasil, tendo prestado atendimento a 75 mil pacientes com câncer em 2015, 95% deles pelo SUS.

Na sessão também serão entregues a Medalha Mérito Parlamentar da Saúde a parlamentares e diplomas a personalidades e cidadãos pela ação solidária com pacientes com câncer.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Economia e emprego

9h Audiência pública interativa para debater a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

SENADO DO FUTURO Legislativo

10h A comissão discute indicadores para avaliação da atividade legislativa.

PLENÁRIO Sessão plenária

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos da Mesa Diretora.

CMO Indicação orçamentária

14h A Comissão Mista de Orçamento faz palestra sobre o Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária (Silor).

TERÇA

CCT Defesa nacional

8h45 Na pauta, projeto que dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a defesa nacional.

CMA Educação ambiental

9h30 Análise de projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

CAE Impostos para aviação

11h Em exame, projeto que fixa alíquota máxima de impostos sobre as operações com querosene de aviação,

PLENÁRIO Sessão especial

11h Sessão especial destinada a comemorar os 100 anos de fundação do Hospital Amaral Carvalho, de Jaú (SP).

CE Incentivo ao esporte

11h45 Em pauta, projeto que amplia incentivos fiscais para atividades desportivas.

MINERAÇÃO Audiência

14h Subcomissão promove audiência pública interativa sobre a competitividade da indústria mineral goiana.

MP 714/2016 Tarifa aeroportuária

14h30 Comissão faz audiência sobre extinção do adicional de tarifa aeroportuária.

TRANSPARÊNCIA Presidência

14h30 Comissão de Governança Pública estuda divulgação de gastos pessoais da Presidência da República.

CI Energia elétrica

8h30 Entre os itens agendados, análise do uso do potencial de geração de energia dos aterros sanitários por municípios com mais de 200 mil habitantes.

CAS Repelente gratuito

9h Na pauta, repelente gratuito do mosquito *Aedes aegypti* para grávidas.

CCJ Homicídio de idosos

10h Em análise, texto que torna o homicídio de idosos crime hediondo.

CRE Integração Brasil-Argentina

10h Audiência pública interativa para debater perspectivas da integração Brasil-Argentina.

QUARTA

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Votações amanhã terão novo quadro político

Estão na pauta do Plenário medida sobre refinanciamento para produtores rurais e caminhoneiros e PECs sobre desvinculação de recursos e pagamento de precatórios

A VOTAÇÃO DA medida provisória que altera as condições de refinanciamento para produtores rurais e caminhoneiros está prevista para amanhã. Será a primeira sessão deliberativa após o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a posse do presidente em exercício Michel Temer, ocorridos na quinta-feira. A mudança motivou a formação de um novo quadro político, no qual o PT estará na oposição, enquanto DEM e PSDB passam a apoiar o governo federal.

Pela MP 707/2015, conforme texto aprovado na Câmara, os agricultores terão mais prazo e desconto para quitarem dívidas do crédito rural, e os contratos de financiamento de caminhoneiros com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) serão expandidos.

As mudanças promovidas pelos deputados, no entanto, não foram bem recebidas pelos senadores. A MP chegou a ser colocada em votação na última terça-feira, mas, diante de protestos, o exame não aconteceu. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) advertiu que, quando a MP foi editada, a redação cabia em uma página. Ao chegar ao Senado,



Senadores vão se reunir com nova configuração amanhã em Plenário para votar PECs e medida provisória: PT na oposição, DEM e PSDB apoiando o governo federal

como projeto de conversão, passou a ter 24 páginas, em frente e verso.

— Não é nossa intenção obstruir, mas apenas estudar com mais cautela as diferentes posições que foram acrescentadas ao projeto de lei de conversão que veio da Câmara — disse.

José Agripino (DEM-RN) argumentou que a medida é

fundamental para o Nordeste, mas teme que, como os benefícios foram estendidos a outras regiões, os resultados sejam comprometidos.

Desvinculação

Também aguarda votação em Plenário a proposta de emenda à Constituição que permite aos estados, Distrito

Federal e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, educação, tecnologia e pesquisa. Segundo a PEC 143/2015, de Dalírio Beber (PSDB-SC), ficam desvinculadas 25% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no

domínio econômico (Cide-Combustíveis).

Outra proposta que está na ordem do dia é a que permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas (PEC 159/2015). Os precatórios são dívidas que o governo possui com o cidadão que ganhou um processo judicial.

Temer cria programa para destravar concessões

O presidente interino Michel Temer criou, por meio da Medida Provisória (MP) 727/2016, o Programa de Parcerias e Investimento (PPI), anunciado como instrumento para agilizar as concessões públicas federais. O objetivo é eliminar “entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado que atrapalham as concessões”.

Pelo texto, o PPI buscará a ampliar e o fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

Com a iniciativa, o governo quer ampliar oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, além de garantir com qualidade a expansão da infraestrutura pública, com tarifas e preços adequados, mediante “ampla e justa competição”.

Outro objetivo apontado é assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, “com garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos”, fortalecendo o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras.

A nova medida provisória foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de quinta-feira, junto com a MP 726, que trata do redesenho da organização da Presidência da República e dos ministérios. Essas foram as duas primeiras medidas provisórias da gestão de Temer, o vice-presidente empossado como interino até a decisão sobre o julgamento, pelo Senado, do impeachment de Dilma Rousseff.

Medidas provisórias têm força de lei desde a publicação e vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas uma vez por igual período. Quando chegar ao Congresso, a MP 727, no primeiro momento, será examinada por uma comissão especial formada por senadores e deputados. Em seguida, passará pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Conselho

A MP 727 também cria o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, que atuará como órgão de assessoramento imediato do chefe do Poder Executivo no estabelecimento e acompanhamento do PPI. Antes da deliberação do presidente, o

conselho emitirá parecer sobre as propostas de parcerias apresentadas por ministérios setoriais ou pelos chamados conselhos setoriais.

O conselho, que será comandado pelo presidente da República, será integrado, com direito a voto, por um secretário-executivo, que desempenhará também o papel de secretário-executivo do próprio PPI; pelo ministro-chefe da Casa Civil; pelos ministros da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Meio Ambiente; e ainda pelo Presidente do BNDES.

Serão convidados a participar das reuniões do conselho, sem direito a voto, os ministros setoriais responsáveis pelas propostas ou matérias em exame e, quando for o caso, os dirigentes máximos das entidades reguladoras competentes e o presidente da Caixa Econômica Federal.

Ao anunciar a equipe de governo, o presidente interino Michel Temer confirmou, como titular da Secretaria-Executiva do PPI, o peemedebista Moreira Franco, até recentemente ministro-chefe da Aviação Civil.



“Cadê o ministério de notáveis?”, cobra Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o ministério do presidente em exercício, Michel Temer. Em discurso, ela lembrou que a equipe recém-formada não apresenta notáveis, contrariando o prometido, e tem sete nomes citados na Operação Lava Jato.

— O presidente biônico Temer dizia que faria ministério técnico e de alto nível. Mas agora vimos que só tem deputado, senador e presidente de partido. Cadê os técnicos? Cadê o alto nível? Ele começou mentindo e se desmoralizando, com sete ministros que são citados na Lava Jato — ironizou a senadora, lembrando a ausência de negros e mulheres.

A senadora reiterou que considera o impeachment um golpe.



Para Medeiros, discurso inaugural foi conciliador

José Medeiros (PSD-MT) elogiou as propostas anunciadas pelo presidente da República em exercício, Michel Temer, para a superação da crise política e para a retomada do crescimento do país.

— Gostei do que ouvi. Gostei porque foi um discurso simples, mas programático. Um discurso agregador, sem tripudiar e, acima de tudo, conclamando para que o país possa se unir em torno da solução dos problemas.

O senador também destacou a manifestação de Temer sobre a aproximação com o Congresso:

— Foi muito importante quando ele disse que quer resgatar a relação entre os Poderes, relação que estava tumultuada, difícil.

Projeto de lei prevê que, antes da sabatina, entidades da sociedade participem de audiência com os indicados para o Supremo, a Procuradoria-Geral da República, o Banco Central e as agências reguladoras

Senadores estudam mudar sabatina de indicados ao STF

O SENADO PODERÁ modificar o processo de sabatina dos indicados para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). A mudança está prevista num projeto pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Entre outras medidas, o projeto estabelece que o indicado responderá a perguntas de representantes de entidades da sociedade numa audiência pública a ser realizada antes da sabatina propriamente dita.

O projeto original (PRS 35/2013) é do senador Aécio Neves (PSDB-MG). O que será votado é um substitutivo do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Aécio propôs mudanças apenas nas normas de arguição de indicados para o STF. Caiado estendeu a medida ao virtual chefe do Ministério Público da União.

Aécio argumentou na justificativa do projeto:

“A previsão de participação do Senado no processo, longe de ser cosmética ou meramente chanceladora da escolha do presidente da República, traduz-se como atuação institucional de larga importância, destinada à prospecção dos caminhos da jurisdição constitucional, da formação da face efetiva da ordem constitucional e da consolidação dos valores que permanecerão ou serão acrescidos ao regime constitucional”.

Caiado avaliou a intenção de Aécio como “absolutamente meritória e louvável” e resolveu, via substitutivo, submeter o indicado ao cargo de procurador-geral da Re-

pública ao mesmo esquema de sabatina proposto para ministros do STF.

O relator foi além e recomendou que o mesmo procedimento seja seguido na sabatina para a direção das agências reguladoras e para diretorias e a presidência do Banco Central.

Ao apoiar tais mudanças, Caiado aproveitou para criticar o modo como é feita atualmente a tramitação das indicações no Senado.

“Não obstante a importância de tal competência, o que se

tem testemunhado nesta Casa são sabinas que muitas vezes não se aprofundam nos temas propostos, quer pela especificidade das temáticas a serem enfrentadas pelos senadores, quer por brechas regimentais que permitem saltos na tramitação de indicações, o que acaba, em muitos casos, por restringir o debate necessário ao bom desempenho da atividade fiscalizatória deste Poder”, comentou Caiado.

Se for aprovado pela CCJ, o projeto será enviado à Comissão Diretora do Senado.

Como seria o processo

De acordo com projeto, o seguinte procedimento deverá ser seguido na sabatina para cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e de procurador-geral da República:

- 1 A **mensagem do Poder Executivo** deverá conter amplos esclarecimentos sobre a trajetória pessoal e profissional do indicado e ser divulgada no site do Senado
- 2 Após ser lida no Plenário, a mensagem será enviada à **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**
- 3 A CCJ deverá promover, dez dias após o recebimento da mensagem, uma **audiência pública** com a participação do indicado e de segmentos da sociedade civil interessados
- 4 Nessa audiência pública, o indicado vai responder a **perguntas** selecionadas pela Ouvidoria, pela Procuradoria Parlamentar e pela Advocacia do Senado
- 5 Realizada essa audiência pública, o presidente da CCJ vai designar o relator do processo e marcar a data da reunião para a apresentação do **parecer sobre a indicação**
- 6 Lido o relatório, a CCJ vai promover a **sabatina** do indicado na reunião seguinte, com participação exclusiva dos integrantes da comissão
- 7 Concluída a votação pela CCJ, o processo será enviado à Mesa do Senado, que deverá submetê-lo à apreciação do **Plenário** após o interstício de 5 dias úteis da manifestação da comissão, mas não antes do prazo de 30 dias úteis da data de chegada da mensagem do Executivo ao Senado
- 8 O processo de indicação ao STF e à PGR não vai admitir votação em **regime de urgência** nem a eliminação ou a **redução de prazos** ou a **dispensa de interstício**
- 9 A sabatina dos indicados será pública e, em princípio, individual, embora se admita a possibilidade de arguição de **até dois candidatos por reunião** sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado
- * Os indicados para cargos de **dirigente de agência reguladora** e de **diretor e presidente do Banco Central** também deverão participar, antes de se submeter à sabatina, de audiência pública com **setores da sociedade civil** interessados



Wellington (2º à dir.) preside comissão que debate o futuro do Senado

Meios para avaliar atividade legislativa serão discutidos hoje

Os indicadores para avaliação da atividade legislativa serão debatidos na segunda audiência pública sobre o tema “A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro”, promovida hoje, a partir das 10h, pela Comissão Senado do Futuro (CSF). A iniciativa é do senador Wellington Fagundes (PR-MT), presidente do colegiado. A primeira reunião discutiu o acesso à informação e a gratuidade da internet.

Foram convidados Maria Regina Álvares Magalhães, consultora legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e Antonio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Também participam da audiência Magna Inácio, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Paulo Carlos Du Pin Calmon, professor da Universidade de Brasília,

e Fabiano Guilherme Mendes Santos, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Composta por 11 senadores titulares e 11 suplentes, a Comissão Senado do Futuro não tem função deliberativa — ou seja, não vota proposições — e se reúne apenas em caráter extraordinário. O seu trabalho inclui o debate, com a participação de entidades da sociedade e de especialistas, sobre alternativas para melhorar as instituições brasileiras e aprimorar a atuação do próprio Senado. A comissão foi criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que se inspirou em experiência semelhante do Senado do Chile. Cristovam é o vice-presidente da CSF.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão debaterá retomada do crescimento e geração de renda

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz audiência pública interativa hoje para debater a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Para o debate, foram convidados o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, o presidente do Clube de Engenharia de Brasília (CenB), João Carlos Pimenta, o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso, e o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Também foram convidados representantes da Fundação Abrinq, da Associação Na-

cional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A audiência pública foi solicitada pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). O debate pode ser acompanhado pelo portal e-Cidadania e pelo Alô Senado. A reunião começa às 9h na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Edson Fachin, indicado para o Supremo, é sabatinado em 2015 em comissão; ao lado dele, o senador José Pimentel